

O PLANEJAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula Regolin Zanon¹
Regina de Jesus Chicarelle²

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é mostrar a pertinência do planejamento na Educação Infantil e suas inferências na prática pedagógica, a partir de que lhe é concebida como um nível de ensino. Deste modo, objetivamos apresentar as legislações e documentos oficiais que dissertem a respeito da Educação Infantil, além das concepções de planejamento em relação à prática pedagógica e por fim vincularemos o planejamento e a educação infantil a fim de explicitar as contribuições na atuação docente. Os procedimentos metodológicos deste estudo são de caráter qualitativo e bibliográfico, utilizando como fontes, documentos e leis que abordam a educação infantil e o planejamento. À vista disso, evidenciaremos especificidades do planejamento que devemos nos atentar enquanto profissionais da educação, como suas contribuições.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento de ensino. Educação Infantil. Legislação. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The general objective of this study is to show a pertinence of planning in Early Childhood Education and its inferences in pedagogical practice, from how it is conceived as the teaching of teaching. In this way, we aim to present as laws and official documents that teach about Child Education, in addition to conceptions of planning in relation to pedagogical practice and finally we will link planning and a child education in order to make explicit as contributions in the teaching performance. The methodological procedures of this study are qualitative and bibliographical, using as sources, documents and laws that deal with children's education and planning. In view of this, we will highlight the specificities of the planning that we should be attentive to as educational professionals, as their contributions.

KEY WORDS: Teaching planning. Child education. Legislation. Pedagogical practices.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM

² Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo abordará o planejamento de ensino na educação infantil. O interesse por esse tema de estudo surgiu a partir das observações realizadas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil e discussões nas disciplinas teóricas da graduação. Verificou-se que muitos professores propunham atividades apenas para ocupar o tempo, como forma de controle, contenção das crianças. Dessa forma, parecia não haver um planejamento para que os professores pudessem refletir sobre suas ações pedagógicas, nem propostas de atividades intencionais com continuidade e que auxiliassem no desenvolvimento da criança.

Compreendendo que o planejamento é algo do ser humano, que está presente em quase todas nossas ações, e é uma ferramenta que auxilia a prática pedagógica do professor e, com base nas observações e discussões realizadas no contexto da Educação Infantil, surgiram inquietações, tais como: De que forma o planejamento auxilia na prática pedagógica dos professores? Qual sua contribuição para o melhor desenvolvimento da aula?

Em vista disso, o estudo tem por objetivo geral analisar os avanços do planejamento na Educação Infantil, a fim de compreender sua relevância para o desenvolvimento da prática pedagógica. Os objetivos específicos incidem em: sistematizar momentos históricos da Educação Infantil, a fim de compreender os avanços obtidos na legislação; Discriminar as concepções sobre planejamento na educação, sistematizando quais os tipos de planejamentos utilizados; Discutir como o planejamento pode resignificar a prática pedagógica na Educação Infantil, de modo a auxiliar os docentes.

Este estudo tem caráter bibliográfico, uma vez que são utilizados materiais tais como documentos e artigos científicos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e autores que abordam o planejamento como Celso dos Santos Vasconcelos em sua obra “Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico” (1994), nos mostrando diferentes concepções acerca do planejamento como ferramenta para a prática, assim como Luciana Esmeralda

Ostetto em suas obras “Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágio” (2002) e “Planejamento na Educação Infantil, mais que atividade a criança em foco” (1992) que dissertam contribuições do planejamento na educação infantil.

O estudo organiza-se em três seções, sendo que a primeira aborda as legislações e documentos oficiais que concebem a Educação Infantil como etapa de nível de ensino. Em seguida apresentaremos concepções e paradigmas acerca do planejamento e a prática pedagógica e por fim, serão apresentadas as contribuições do planejamento na Educação Infantil como ferramenta central na ação docente.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL: LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS OFICIAIS QUE A CONCEBEM

O termo Educação Infantil no contexto brasileiro é recente. Sua inserção e compreensão como nível de foi apresentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), a qual insere a Educação Infantil como o primeiro nível de ensino da educação básica. Dessa forma, o documento apresenta suas finalidades e objetivos:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).³

Com isso a educação infantil possui objetivos a serem atingidos de modo que a criança possa se desenvolver, tanto no âmbito físico, motor, emocional, social e intelectual.

O direito das crianças a uma educação de qualidade desde seus primeiros anos de vida se concretiza a partir da Constituição Federal de 1988, assegura o direito da criança à educação. Em seu artigo 208, inciso IV assegura-se: “[...] o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL,

³ Visto que a partir de 2013, a lei nº 12.726 concede a Educação Básica dos quatro aos dezessete anos, de maneira que o Ensino Fundamental tenha nove anos.

1988). Desse modo, as instituições, que atendiam a demanda de creche e pré-escola passaram a ter responsabilidades educacionais para com as crianças.

Após a aprovação da Constituição de 1988, foi elaborada a lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a qual propõe garantia de direitos humanos para as crianças. Segundo Ferreira (2000), essa Lei é mais do que um simples regulamento, por que:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento (FERREIRA, 2000, p.184).

Este estatuto possibilitou que as crianças e adolescentes adentrassem a sociedade, tendo seus direitos garantidos assim como os demais sujeitos, sendo supervisionados para que não houvesse nenhuma distorção desta lei.

De acordo com a Lei de Diretrizes de Base da educação (BRASIL, 1996), o planejamento, dentro do contexto escolar, é tarefa da equipe gestora, juntamente com o corpo docente da escola, visto que os professores exercem importante papel para que se cumpra o que foi estabelecido, tendo por objetivo o processo ensino/aprendizagem dos educandos.

Em 1998, um novo documento é deliberado, específico para a Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que se estende como uma proposta educacional um pouco mais autônoma, visando atender as especificidades de cada região, por isso tem por objetivo:

Contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo a construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças e seus familiares nas diferentes regiões do país. [...] contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais (BRASIL, 1998 p.9).

Sobre os objetivos gerais da Educação Infantil, esse documento salienta que a prática desenvolvida nessas instituições deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam capacidades como: fortalecer o próprio eu, de maneira que a

criança se torne independente cada vez mais; ter mais confiança; conhecer seu corpo; seus limites, de modo que se torne explícito os hábitos de cuidado; estabelecer vínculos para que aumente a comunicação social; tomar posições e defender suas ideias, porém, sempre respeitando a diversidade (BRASIL, 1998). Além disso, as crianças precisam aprender a explorar, sempre ter curiosidade em buscar aprender mais, utilizando diferentes linguagens como: corporal, musical, plástica, oral e escrita de modo a expressar sentimentos, necessidades, ideias e desejos, buscando novos significados.

Além da Educação Infantil estar amparada por essas legislações citadas, em 1999 foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a qual tem por objetivo auxiliar as instituições de educação infantil na construção dos currículos. E orientar o professor deste nível de ensino na realização de seu trabalho educativo diário, junto às crianças pequenas.

No entanto, apesar das variadas legislações apresentadas acima acerca da educação infantil, nem tudo ocorreu sem adversidades, é possível observar que muitos espaços não estão de acordo com o que as leis propõem. Sobre essas divergências, Barreto (1998) salienta:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar (BARRETO, 1998, p.25).

Podemos destacar que muitos desses impasses ocorrem pela falta de formação, de preparação dos profissionais que fazem parte dessas instituições.

Para que essas dificuldades na educação de forma geral fossem superadas, foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE), que são metas elaboradas para serem atingidas a cada década. O que está em vigor agora é o PNE 2014-2024, objetiva-se com esse documento determinar as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos 10 anos. Em relação à Educação Infantil, em sua meta 01 o PNE recomenda:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no

mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014, p. 16).

Essa meta propõe melhoria na rede educacional, uma ampliação de modo a atender todas as crianças em idade pré-escolar e pelo menos a metade das crianças até os 03 anos. Ressaltamos que esta idade pré-escolar esta disposta como uma modalidade da educação infantil, que abrange as crianças de 4-5 anos.

Dessa forma, é notável que no decorrer da história da Educação Infantil surgiram algumas legislações que garantem às crianças um espaço educacional. No entanto, muitas vezes essas leis não são acatadas, até nos dias atuais ainda vemos muita violação, escolas onde não há vagas para todas as crianças, que não atendem as especificidades da criança nesta faixa etária como a aprendizagem e desenvolvimento. Oliveira (2011) explicita incumbências que as creches e pré-escolas deverão ser submetidas:

Propomos que creches e pré-escolas busquem aproximar cultura, linguagem, cognição e afetividade como elementos constituintes do desenvolvimento humano e voltados para a construção da imaginação e da lógica, considerando que estas, assim como a sociabilidade, afetividade e a criatividade, têm muitas raízes e gêneses (OLIVEIRA, 2011, p.45).

Entende-se que estas instituições devem incumbir-se de conduzir aos conhecimentos culturais levando em considerações a diversidade presente na cultura de cada. Essa multiplicidade de conhecimentos deve sempre estar presente para que não haja uma globalização de conhecimentos, onde não há um olhar diferenciado para a cultura em que a escola está inserida.

Para isso, Barreto (1998) evidencia que um dos elementos que permite essa qualidade educacional é a formação de professores, para isso, o professor deve estar se capacitando continuamente, aprofundando-se em experiências científicas, porém, além disso, o professor deve sempre estar atento às questões sociais que está acontecendo à sua volta e com isso concretizar e desenvolver seu posicionamento na prática educativa.

À vista disso, podemos observar que a partir da década de 90 surgiram várias leis que amparam a Educação Infantil, no entanto, poucas são efetivadas, muitas vezes pela falta de infraestrutura, no âmbito físico e também pela falta de formação dos profissionais que muitas vezes desconhecem o caminho do planejamento para o ensino e aprendizagem.

3. PLANEJAMENTO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: SIGNIFICAÇÕES E CONCEPÇÕES

Faz parte das habilidades humanas planejar, ou seja, a todo o momento nós estamos planejando, seja mentalmente ou registrando, sempre que iremos realizar alguma ação, planejamos antes. Mesmo tendo não tendo a certeza sobre o que ocorrerá durante o dia, ao acordarmos planejamos e organizamos todas as nossas ações, de modo que consigamos conquistar objetivos diários. Por isso, mesmo que inconscientemente o ser humano planeja todas suas atividades.

O planejamento escolar tem o intuito de organizar as ações pedagógicas, de modo que os profissionais da educação tenham suas práticas fundamentadas em concepções que contribuam para o desenvolvimento integral da criança. Libâneo (2013) define planejamento escolar como um caminho a ser seguido, tanto para as atividades como todos os atos que a rodeiam:

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino (LIBÂNEO, 2013, p.245).

Dessa forma, o planejamento escolar está ou pelo menos deveria estar implicitamente ligado a uma concepção de educação, de professor, de aluno, que possibilite uma ampliação de experiências, trazendo novos significados a sua aprendizagem. Para isso, o professor deve estar atento a atender todas estas expectativas de modo a proporcionar o desenvolvimento da criança, propondo atividades que possibilitam estas significações. Kuhlmann Jr (2005) indica que o pressuposto do estabelecimento de ensino influencia a preparação e execução do planejamento,

[...] a caracterização da instituição de educação infantil como lugar de cuidado-e-educação, adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação das propostas pedagógicas (KUHLMANN JR, 2005, p. 60).

Por conseguinte, o planejamento proporciona uma reflexão da ação pedagógica do professor, de tal maneira que o profissional sistematize e tenha consciência do que será abordado. “O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e problemática do contexto social” (LIBÂNEO, 2013, p. 246). Toda a

comunidade escolar faz parte das relações sociais presentes na sociedade, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, isso significa que o professor tenha que refletir sobre ao elaborar o planejamento. Porém, o autor enfatiza,

[...] a ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência as situações didáticas concretas (LIBÂNEO, 2013, p.246).

Dessa maneira, Libâneo (2013) apresenta funções que devem ser atribuídas ao planejamento, explicitar princípios, ou seja, o planejamento deve atentar-se a história da criança, toda a bagagem que ela já traz, de forma a evidenciar ainda mais nos conteúdos e formas a serem aplicadas. Além disso, em sua elaboração o professor deve respeitar as teorias tal como os documentos que regem a escola, considerando objetivos e metodologias que possam suprir as especificidades da turma, assegurando a coerência de sua aula “[...] objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas possibilidades (a quem ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar)” (LIBÂNEO, 2013, p.247).

Vasconcelos (2012, p.80) entende que o “Planejamento é o processo contínuo e dinâmico, de reflexão, tomada de decisão, colocação em prática e acompanhamento”. Nesta perspectiva, os professores devem considerar a melhor maneira de mediar o conhecimento ao aluno, tendo a compreensão de que o planejamento é uma ferramenta que auxilia a prática docente, não sendo apenas uma listagem de exercícios que deverá ser apresentada a escola ou a qualquer outro indivíduo. O planejamento permitirá que o professor reflita quais são as especificidades e as dificuldades de cada turma, pensando então em abordagens que eliminará estes obstáculos.

Para Ostetto (2000) o planejamento é adaptável de acordo com as circunstâncias, viabilizando que o educador reconsidere novos sentidos para sua atuação. Acrescenta que o planejamento é marcado pela intenção do desenvolvimento educacional, de modo que essa intenção faça com que haja uma programação, um registro de sua proposta de trabalho.

Além disso, Ostetto (2000) constatou que existem vários modelos de planejamento, pode ser por tópicos ou pode ser uma estrutura detalhada, mas depende do professor, não há um “modelo”, nenhum é considerado totalmente correto, eles devem ser intercalados.

A seguir serão apresentados os tipos de planejamento apresentado pela autora: baseado em listagem de conteúdos, baseado em datas comemorativas, baseado nos aspectos do desenvolvimento, baseado em temas, baseado nas áreas de conhecimento.

Em vista disso, qualquer proposta de planejamento depende muito do educador. Não adianta ter um bom planejamento, se o educador não tem conhecimento da criança, não é a atividade em si que ensina, e sim a troca de conhecimentos, possibilitando que a criança desenvolva novos conhecimentos.

A questão sobre a relação do planejamento e professor está presente no RCNEI, de acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) cabe: “[...] ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los;”.

Ostetto (2000) explicita a importância do planejamento educacional:

O planejamento não pode ser confundido com uma ficha preenchida com uma lista do que se pretende fazer na sala de aula. O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão [...] envolvendo ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico (OSTETTO, 2000, p. 177).

Assim, o planejamento didático, é um instrumento que quando realizado e executado pelo docente tem por finalidade organizar o trabalho do professor de modo que determine os recursos e meios que deverão ser utilizados de forma a desenvolver o processo educativo. Corsino (2009, p. 117) sinaliza que “as crianças são o ponto de partida do trabalho e que a educação é uma possibilidade de ampliação das suas experiências”.

Isto posto, podemos notar o quanto o planejamento pode influenciar positivamente na atuação do professor, pois como vimos, ele está totalmente interligado com o desenvolvimento da criança, por isso, toda atenção deve estar voltada para a elaboração do mesmo.

4. O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, a qual tem por objetivo proporcionar aos indivíduos conhecimentos básicos na formação da cidadania. Dessa forma, entende-se que a instituição de ensino que atende esta faixa etária deve propor diversas alternativas que visam o desenvolvimento. Por isso, a prática pedagógica dos profissionais da Educação Infantil deve possibilitar às crianças condições para desenvolver os aspectos cognitivos, sociais, físicos e emocionais. Dessa forma, o que fazer para que este desenvolvimento ocorra?

Podemos dizer que muito se resolve quando há uma boa elaboração de planejamento e efetivação do mesmo, por isso, planejar atividades que possam contribuir com o desenvolvimento das crianças em todas as etapas do ensino, trazem diversas possibilidades de aprendizagem, sendo estas utilizadas como recurso pedagógico no processo de ensino aprendizagem.

Para isso, os professores da Educação Infantil necessitam compreender a pertinência e o sentido do planejamento. Vasconcelos (2012) apresenta o planejamento como contribuição e transformação na ação pedagógica do professor:

O planejamento enquanto construção-transformação de representação é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo (VASCONCELOS, 2012, p. 79).

Sendo assim, nota-se o quanto o planejamento bem elaborado pode interferir positivamente em uma sala de aula, pois com ele o professor traça os objetivos a serem atingidos, pensando nas singularidades de sua turma.

No entanto, não é essa valorização que é atribuído ao planejamento nos centros de Educação Infantil, o que foi observado nestas instituições em meus estágios é que os professores parecem não enxergarem sentido no planejamento. A impressão que tive em minhas observações de estágio é que a maioria dos professores não compreendem a verdadeira função do planejamento. Logo, não veem sentido em elaborar o mesmo, pois, para que elaborar algo que não contribuirá nada em minhas aulas? Por que gastar tempo na minha hora-atividade formulando planos enquanto poderia estar fazendo outros trabalhos? Por isso, é

necessário que haja a conscientização dos profissionais da educação de que o planejamento é uma ferramenta que auxilia a prática pedagógica.

O planejamento é um momento de reflexão, em que o professor atribui sentido a ele. Fusari (1998) afirma que,

O planejamento do ensino é o processo de pensar, de forma "radical", "rigorosa" e "de conjunto", os problemas da educação escolar, no processo ensino-aprendizagem. Consequentemente, planejamento do ensino é algo muito mais amplo e abrange a elaboração, execução e avaliação de planos de ensino (FUSARI, 1998, p.45).

Entendemos então, que o planejamento não pode ser elaborado de qualquer forma, sem que haja uma criticidade ao refletir para que e para quem ele está sendo realizado, considerando os limites e possibilidades da turma, por isso, não é viável utilizar o mesmo planejamento em diferentes turmas, pois as necessidades de uma turma pode não ser da outra.

Assim sendo, todos os educadores que realizam trabalhos em sala de aula da Educação Infantil precisam ter suas práticas fundamentadas em teorias que contribuam para o desenvolvimento da criança como um todo, de modo que o planejamento aprimore o conhecimento da criança. Para isso, Corsino (2009) propõe indagações que devem ser fomentadas no momento da construção do planejamento para que atenda suas peculiaridades:

Como ela aprende?; Quais são suas conquistas?; Como posso organizar o trabalho para desafiá-la a ir adiante?; Que perguntas e intervenções eu preciso formular para provocar reflexões e avanços no seu desenvolvimento?; Como organizar o tempo e o espaço escolar para ampliar as possibilidades socializadoras e criativas das crianças? (CORSINO, 2009, p. 118).

Estas preocupações apresentadas pela autora são de extrema importância para pensarmos quando elaboramos o planejamento, visto que são perguntas que norteiam a prática pedagógica e faz com que o planejamento abranja todas as expectativas esperadas.

Segundo Ostetto (2000, p.177), "o planejamento marca a intencionalidade do processo educativo", ou seja, é o momento que o professor refletirá sobre qual sua intenção com aquela turma, quais objetivos ele pretende atingir, pois só assim o professor construirá um planejamento que proporcionará maior desenvolvimento da criança. Além disso, um facilitador na elaboração do planejamento é ter em mente o que ensinar, para quem e para que. "A elaboração de um planejamento depende da

visão de mundo, de criança, de educação, de processo educativo que temos e queremos” (OSTETTO, 2000, p.178), para isso, é fundamental que o professor desenvolva habilidades para conhecer as capacidades da turma.

Para essa efetivação tanto na elaboração quanto na execução do planejamento, devemos ter um olhar diferenciado. Um olhar que entenda as especificidades da criança, visando que nesta etapa ela está em seu pleno desenvolvimento, para disso, o professor deve conhecer a criança e reconhecer quais são suas competências nesta faixa etária de modo que ele possa oportunizar o desenvolvimento de novas habilidades. Além disso, deve-se conhecer quais as legislações que amparam a Educação Infantil, conhecendo seus direitos, deveres e orientações que direcionam a prática pedagógica. Ainda, deve ter em mente o que trabalhará com as crianças, tendo idealizado o que a criança deverá aprender, uma das metodologias para se obter isso é ampliando seus conhecimentos, estudando a todo momento, conhecendo propostas diferenciadas. Dessa forma, observamos que o professor precisa pensar em atividades/conteúdos que proporcionam esse desenvolvimento na criança, proporcionam o ensino e aprendizagem.

Em razão disso, enfatizamos a fundamental importância do planejamento no desempenho da prática docente, visto que o planejamento viabiliza ao professor uma perspectiva diferenciada da turma, apropriando-se de suas necessidades e especificidades, em busca do desenvolvimento, autonomia e aprendizagem da criança.

O planejamento é fundamental para se obter uma ação pedagógica positiva, pois ele possibilita ao professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, pois para Corsino (2009, p.119) O planejamento é um método de projetar o tempo didático, além disso ela enfatiza a importância da reflexão durante a formulação do planejamento, pois será a partir dessa reflexão que o professor irá decidir os encaminhamentos da aula, bem como os materiais disponíveis a serem utilizados.

Nesta reflexão cabe ao professor pensar na realidade escolar, para que consiga alcançar os objetivos, caso contrário, se ele não “manter os pés no chão”, ele não atingirá seus propósitos e isso fará com que se torne um profissional frustrado, tendo a ideia de que o planejamento não influencia em nada na prática pedagógica.

Libâneo (2013, p. 222) enfatiza que a ação de planejar, não se assimila ao preenchimento de formulários apenas para controle, mas é uma ferramenta que, se bem executada, chega até o aluno de maneira clara, objetiva e coesa, atingindo os objetivos propostos. Para isso é essencial que o professor, bem como todos os profissionais envolvidos nesse trabalho tenha suas práticas fundamentadas em concepções que contribuam para o desenvolvimento integral da criança, Além disso, Corsino (2009) ressalta as oportunidades que o planejamento deve propiciar as crianças:

Dar sentido ao cotidiano das crianças é justamente a possibilidade de estabelecerem relações, de participarem de processos que se inter-relacionam, em que uma atividade se desdobra em outra de forma integrada (CORSINO, 2009, p.120) .

Visto que, contextualizando o conteúdo a ser aplicado com a realidade da criança ela consegue assimilar e compreender de maneira mais coesa, dando mais sentido ao que lhe é ensinado.

Quando pensamos no ato de planejar, não nos referimos somente a exercícios no âmbito teórico, evidenciamos também o brincar, mas, este brincar não pode ser um brincar apenas para passar o tempo, o professor deve pensar em brincadeiras que de alguma forma sejam educativas, que fazem a criança pensar. O brincar na educação infantil é essencial, pois ele traz para a criança um sentimento de prazer, significados, além de promover a socialização.

Planejar faz com que pensamos e refletimos sobre nossa ação com a criança, Saito destaca que é fundamental ter um “olhar que não esteja naturalizado pela mesmice da rotina imposta sem reflexão sobre o cotidiano das instituições de Educação Infantil. Um olhar que consiga articular e educar” (SAITO, 2015, p.20).

Por fim, salientamos que o profissional que trabalha nas instituições de Educação Infantil precisa ter profundo conhecimento sobre o desenvolvimento infantil para que possa entender cada fase da criança, como ela se comporta em cada fase e de que maneira poderá fazer as intervenções e estimulação das mesmas. Os mesmos devem estar sempre motivados para interagir junto com as crianças, em todos os momentos que estiver com elas, seja nas atividades dirigidas ou livres, e estar disposto a participar com os alunos, pois é nesta fase que a criança necessita de atividades com movimento, desenvolver a coordenação motora ampla,

pois se esta for estimulada conseqüentemente aumentará a sua capacidade cognitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou um conhecimento de como o planejamento na Educação Infantil pode proporcionar uma melhoria na prática pedagógica do professor. Além disso, os autores, documentos e legislações nos mostraram os propósitos deste nível de ensino que devem ser atingidos.

À vista disso, entendemos que o planejamento é uma prática que deve ser realizada na Educação Infantil, assim como nos demais níveis de ensino, uma vez que na elaboração de um planejamento, o professor deve ter um momento de reflexão, pois, como vimos, além de nos proporcionar um olhar diferenciado para a criança, o planejamento nos permite uma melhor organização do tempo. O planejamento é um instrumento que permite ao profissional uma elaboração concreta do que será aplicado, de modo que ele possa atingir as especificidades de todas as crianças e conseqüentemente o desenvolvimento delas.

Observamos também que a Educação Infantil, como um nível de ensino, é lei, logo, devemos nos atentar para a não violação dessa lei e estarmos preparados para oferecer uma educação de qualidade às crianças, pois estamos construindo a base das crianças. O planejamento proporciona ao educador uma visão crítica de seu trabalho, pois com ele o professor repensa, revisa, busca novos significados. Portanto, o professor precisa ter consciência de que o planejamento não é um atraso na vida dele, pelo contrário, o planejamento irá auxiliá-lo.

Pois, se muitos profissionais não reconhecem a importância do planejamento nas atividades desenvolvidas na Educação Infantil, logo, se não há este olhar, para que elaborar um planejamento? Não é mais cômodo chegar à sala de aula e dar alguma atividade ou alguma brincadeira sem intencionalidade?

O professor, enquanto mediador do conhecimento, deve se preocupar com a apropriação e ampliação do conhecimento dos sujeitos, logo, ele necessita estabelecer relações entre o ensino e aprendizagem em que uma atividade complemente a outra. Por isso, o planejamento não pode ser elaborado de qualquer

forma, sem que haja uma reflexão sobre ele, pois montar apenas uma listagem de atividades sem que haja uma intencionalidade nada se resolve.

Dessa forma, nós, enquanto educadoras devemos refletir muito sobre as oportunidades que ofereceremos as crianças. Pois, somos os principais responsáveis em viabilizar diferentes conhecimentos aos nossos alunos, e, a melhor maneira para que isso ocorra é refletirmos de como será nossa prática, elaborando o planejamento.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso: 07 de Agosto de 2017.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

CORSINO, Patrícia. **Considerações sobre o planejamento na educação infantil**. In: CORSINO, Patrícia (org.) Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas: Autores Associados, 2009.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

FUSARI, José Cerchi. O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas, 1998. Disponível em < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf> Acesso: 05 de Setembro de 2017.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____, Moisés. Educação infantil e currículo. In: FARIA, A.L.G., PALHARES, M.S., orgs. **Educação infantil pós LDB**: rumos e desafios. Campinas, Autores Associados/FE/UNICAMP, p.51-65, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013

MELLO, Suely Amaral. Uma teoria para orientar o pensar e o agir docentes: o enfoque histórico-cultural na prática de educação infantil. In: CHAVES, Marta (org.). **Intervenções pedagógicas e educação infantil**. Maringá: Eduem, p. 19-35, 2012.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.) **Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágio**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios** dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95, 2009.

SAITO, Heloisa Toshie Irie. O ato de planejar na educação infantil: conhecimentos e sensibilidade. **REVIREI**, n. 3, jul./dez. 2015..

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 22ed. São Paulo: Libertad Editora, 2012.